

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-884-7

DOI 10.22533/at.ed.847211003

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Ciência e Tecnologia, Estratégia, Administração Pública e Estudos Organizacionais” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este primeiro volume reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL FRENTE AOS ÓRGÃOS JULGADORES E FISCALIZADORES

José Bione de Melo Neto

Ana Paula Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110031

CAPÍTULO 2..... 22

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TERESINA-PI

Aldo Vieira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8472110032

CAPÍTULO 3..... 38

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA À LUZ DO ACESSO À INFORMAÇÃO: PESQUISA EM SEIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Cezar Andrade Marques de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.8472110033

CAPÍTULO 4..... 50

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Sabrina Sousa Moraes

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Clayton Robson Moreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110034

CAPÍTULO 5..... 63

GASTOS COM PESSOAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA-MG POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Adriano Antonio Nuintin

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Maria Aparecida Curi

Richardson Coimbra Borges

DOI 10.22533/at.ed.8472110035

CAPÍTULO 6..... 81

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO ENCERRADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Jonas Rafael Pereira dos Santos

Alexsandro Xavier Querino Lima

Mateus Cunha Rabelo

Francisco Mairton da Silva

Felipe Ribeiro Pontes

DOI 10.22533/at.ed.8472110036

CAPÍTULO 7.....	99
DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES EM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	
Adriano Santiago Lima	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8472110037	
CAPÍTULO 8.....	113
A ACCOUNTABILITY COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	
Juliana Cristina Sousa da Silva	
Elemar Kleber Favreto	
DOI 10.22533/at.ed.8472110038	
CAPÍTULO 9.....	125
O POTENCIAL DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NOS PARECERES PRÉVIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA	
Antonio Emanuel Andrade de Souza	
Elvia Mirian Cavalcanti Fadul	
DOI 10.22533/at.ed.8472110039	
CAPÍTULO 10.....	146
ESCOLARIDADE DOS GESTORES MUNICIPAIS E A APROVAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	
Délío Amaral Viana	
Aridelmo José Campanharo Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100310	
CAPÍTULO 11.....	164
GOVERNANÇA PARA COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	
Eduardo Souza Seixas	
Renelson Ribeiro Sampaio	
Luciel Henrique de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100311	
CAPÍTULO 12.....	185
CONCEITOS TEÓRICOS E A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA PÚBLICA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	
Paulo César Schotten	
Daiany Gomes Moreira	
Hugo Vinícius Colman Soares	
José Roberto Grasiel	
Nayara Jaqueline Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.84721100312	

CAPÍTULO 13..... 198

GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: A DICOTOMIA ENTRE PLANO E REALIDADE

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Sousa

Tiago Deividly Bento Sera im

DOI 10.22533/at.ed.84721100313

CAPÍTULO 14..... 206

INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE POR DIABETES NA INFÂNCIA NO BRASIL: COMPARATIVO ETÁRIO NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Ana Maria Ribeiro Fonseca

Giovanna Brasil Pinheiro

Luiz Phillipe Silva Azevedo

Rafael Cruz Mariz

DOI 10.22533/at.ed.84721100314

CAPÍTULO 15..... 211

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE EM UM MUNICÍPIO CEARENSE ENTRE 2008 E 2018

Maira Pereira Sampaio Macêdo

Bruna Raquel Moraes Cunha

Miguel Marx

Tatiana de Menezes

Érika Sobral da Silva

Paula Suene Pereira dos Santos

Joana Raione Arrais Antunes

José Wanderson Carvalho Noronha

Francisco Diego da Silva Xavier

Priscila Nadine Dias Santana

Anna Karen Sales Rodrigues

Emanuely Castro Alves

DOI 10.22533/at.ed.84721100315

CAPÍTULO 16..... 222

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE SÃO BORJA-RS

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohãn Araújo

Fátima Regina Zan

Tanise Brandão Bussmann

Carmen Regina Dorneles Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.84721100316

CAPÍTULO 17	238
FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O OLHAR DOS CURSISTAS SOBRE ASPECTOS INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL NO CURSO <i>LATO SENSU</i>	
Gercina Dalva	
DOI 10.22533/at.ed.84721100317	
CAPÍTULO 18	244
ENSINO REMOTO DA ÁREA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A CONVERSÃO DO CONHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO, DURANTE A PANDEMIA, NOS CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – <i>CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS</i>	
Aline Fonseca Gomes	
Vagner Costa Oliveira	
Joselito da Silva Bispo	
Sara Mendes Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.84721100318	
CAPÍTULO 19	256
A PANDEMIA E O ROMPIMENTO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
Márcio Dourado Rocha	
Rosalina Maria Lima Leite do Nascimento	
Marcos Flavio Portela Veras	
Rhogério Correia de Souza Araújo	
Ieso Costa Marques	
Juliana Luíza Moreira Del Fiacco	
Regiane Janaína Silva de Menezes	
Elizabeth Cristina Soares	
DOI 10.22533/at.ed.84721100319	
CAPÍTULO 20	262
A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: PREMISSAS DA EAD E DESAFIOS PARA GESTÃO DAS IES NA ABORDAGEM DA GOVERNANÇA DA INTERNET	
Diólia de Carvalho Graziano	
Luiz Fernando Gomes Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.84721100320	
CAPÍTULO 21	282
REFLEXÕES SOBRE AUTORIA DE PESQUISAS APLICADAS NO LABORATÓRIO DE GESTÃO	
Maria Carolina Conejero	
DOI 10.22533/at.ed.84721100321	
CAPÍTULO 22	299
CENÁRIO ATUAL DAS COMISSÕES DO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES	
Felipe Gonçalves Moura	

Guilherme Gil Fernandes
Julianny de Souza Oliveira
Lara de Oliveira Carvalho
Luca de Almeida Brito
Marília Aguiar Rodrigues
Mikelly Bonfim Anjos
Pedro Henrique Rocha Chaves
Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior
Thavane Ferreira de Almeida
Alex França Andrade
Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.84721100322

CAPÍTULO 23.....303

FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Fabício Longuinhas Silva
Marcelo Santana Silva
Eduardo Oliveira Teles
André Luis Rocha de Souza
Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva
Eduardo Cardoso Garrido

DOI 10.22533/at.ed.84721100323

CAPÍTULO 24.....316

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA SUSTENTÁVEL DE ESTUDANTES AMAZONENSES

Aristides da Rocha Oliveira Junior
Francisco Assis Barros de Oliveira
Roderick Cabral Castello Branco
Maria Stela de Vasconcellos Nunes de Mello
Afrânio de Amorim Francisco Soares Filho

DOI 10.22533/at.ed.84721100324

CAPÍTULO 25.....338

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CLÁSSICO: REFLEXÕES DO MODELO DE NEGÓCIO

Isabella Ferreira Friso
Marta Fabiano Sambiasi

DOI 10.22533/at.ed.84721100325

SOBRE O ORGANIZADOR.....352

ÍNDICE REMISSIVO.....353

CAPÍTULO 10

ESCOLARIDADE DOS GESTORES MUNICIPAIS E A APROVAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ

Data de aceite: 01/03/2021

Délio Amaral Viana

Aridelmo José Campanharo Teixeira

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo verificar se escolaridade dos gestores municipais paraenses é um fator determinante para a aprovação de suas contas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA) no período de 2009 a 2015. A metodologia utilizada nesse trabalho foi a pesquisa quantitativa que, por meio de dados secundários do TCM/PA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, criou-se uma regressão para verificar o efeito da escolaridade dos gestores municipais na aprovação de suas contas (gestão e governo) pelo TCM/PA. Os valores encontrados na regressão de Aprovação das contas de governo mostraram na primeira regressão aceita-se que existe uma relação positiva entre a escolaridade dos gestores municipais e a aprovação de suas contas pelo TCM/PA. Enquanto, na segunda, rejeita-se essa hipótese. Os resultados indicaram, também, que a *Accountability* no Estado do Pará ainda é incipiente (em média 70% dos municípios paraenses não tiveram suas contas apreciadas pelo TCM/PA). Além disso, os presentes resultados indicaram a insuficiência do TCM/PA no apoio do controle da administração pública paraense, devido, talvez, a grande extensão geográfica do Estado do Pará (segundo maior estado do Brasil).

PALAVRAS - CHAVE: Tribunal de Contas; Escolaridade do Gestor Público; Estado do Pará; *Accountability*.

ABSTRACT: This work aimed to verify if the education of the municipal managers of Pará is a determining factor for the approval of their accounts rendered by the Court of Accounts of the Municipalities of the State of Pará (TCM/PA) in the period from 2009 to 2015. The methodology used in this work was quantitative research which, using secondary data from TCM/PA, Brazilian Institute of Geography and Statistics and the Federation of Industries of Rio de Janeiro, created a regression to verify the effect of schooling on municipal managers in approval of its accounts (management and government) by TCM/PA. The values found in the Approval regression of government accounts showed that in the first regression it is accepted that there is a positive relationship between the education of municipal managers and the approval of their accounts by the TCM / PA. While, in the second, this hypothesis is rejected. The results also indicated that *Accountability* in the State of Pará is still incipient (on average 70% of the municipalities in Pará have not been accountable to TCM/PA). In addition, the present results also indicated the insufficiency of TCM/PA in supporting the control of the Pará public administration, perhaps due to the great geographical extension of the State of Pará (the second largest state in Brazil).

KEYWORDS: Court of Auditors; Education of the Public Manager; Pará State; *Accountability*.

1 | INTRODUÇÃO

A boa governança dos recursos públicos é medida por práticas de *accountability* que envolvem a prestação de contas, a democratização e a transparência das ações dos gestores públicos com o propósito de inibir condutas corruptas e contribuir ao exercício da democracia (Cameron, 2004; Kaufmann; Kraay e Mastruzzi, 2005). Dessa forma, como o gestor público é responsável pela administração desses recursos, as práticas de *accountability* são um dever indissociável do exercício de sua função pública, devendo ser fiscalizado pelo Poder Legislativo com apoio dos Tribunais de Contas (Silva, 2004; Kohama, 2006).

Segundo Manin et al. (1999), a qualidade das informações da gestão pública (orçamentária, contábil e financeira) contribui à *accountability* no âmbito da exigência de dados fidedignos na prestação de contas, uma vez que, a assimetria de informação entre os gestores públicos e a sociedade pode gerar problemas de governança e de equilíbrio entre as receitas e gastos públicos no longo prazo. Neste sentido, Davies (1999) destaca que a transparência da gestão pública a sociedade será mais eficiente e confiável quando analisada pelo controle externo.

A relação entre o ato de gerir recursos públicos e a fiscalização de seu uso pelo controle externo é o cenário deste trabalho. Melo e Pereira (2011), demonstraram em sua análise sobre a apreciação das contas públicas pelos Tribunais de Contas brasileiros que um número expressivo destas receberam pareceres negativos e foram consideradas como irregulares, sendo esta uma realidade presente na maioria dos municípios brasileiros. Portanto, entender por que isto ocorre é de suma importância, uma vez que se está analisando índices de boa governança, voltados ao equacionamento entre as receitas e despesas públicas no longo prazo frente à crescente demanda social.

Nesse sentido, esse trabalho, como complemento as pesquisa científicas existentes sobre o tema, busca ir além de uma investigação de métricas contábeis (Lopes et al. , 2008) ou fatores socioeconômicos (Reverêdo; Silva, 2005; Ott et al., 2010; Kruger et al., 2012), com a agregação do capital humano, com o objetivo de investigar se a escolaridade dos gestores públicos influencia na aprovação das contas (de gestão e de governo) públicas dos municípios paraenses pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA) no período de 2009 a 2015.

Segundo Becker (1993), o capital humano está ligado a um conjunto de competências produtivas obtidas por uma pessoa por meio da acumulação de conhecimentos. Segundo esse autor, o grau de capital humano de uma população pode influenciar o crescimento econômico de um país de vários modos, com o aumento da produtividade, dos lucros, do fornecimento de maiores conhecimentos e habilidades, e também, por meio da resolução de problemas e superação de dificuldades regionais, contribuindo com a sociedade de modo individual e coletivo.

Assim, a qualificação e o conhecimento prévio o que é administrado pode ser relevante para uma melhor gerência dos recursos públicos e sua prestação de contas (Ingraham; Donahue, 2000; Afonso, 2009; Ott et al., 2010; Velten, 2015). Além disso, no debate sobre *accountability* e controle externo a construção de um quadro da *accountability* no Estado do Pará pode contribuir a resolução de problemas e superação de dificuldades no âmbito da gestão local dos municípios paraenses e, de forma geral, contribuir ao desenvolvimento de práticas de *accountability* na gestão pública dos municípios brasileiros.

A metodologia utilizada nesse trabalho foi a pesquisa quantitativa que, por meio de dados secundários do TCM/PA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas e da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, montou-se uma regressão para verificar o efeito da escolaridade na aprovação das contas (de governo e de gestão) prestadas pelos gestores municipais paraenses ao TCM/PA no período de 2009 a 2015. Nessa regressão, a variável dependente será representada pela Aprovação das Contas da Gestão e das Contas do Governo (A_gov).

A Constituição Federal de 1988 separou o julgamento das contas de governo dos chefes do Executivo do das contas de gestão dos ordenadores de despesas. De um lado o Tribunal aprecia as contas de governo referente a conduta do gestor público. E de outro, quanto as contas de gestão, ele julga os atos dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos da administração direta e indireta, para verificar se o gestor público praticou ato lesivo ao erário, em proveito próprio ou de terceiros, ou qualquer outro ato de improbidade administrativa (Furtado, 2007).

Os resultados destas regressões evidenciaram que no modelo A_gest a Escolaridade, o Gasto em Saúde, o Produto Interno Bruto e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal são estatisticamente significativos. Enquanto, no modelo A_gov somente o PIB foi significativo. Pelas evidências expostas, no primeiro modelo, aceita-se que existe uma relação positiva entre a escolaridade dos gestores municipais e a aprovação de suas contas pelo controle externo. Enquanto, na segunda regressão se rejeita.

Vale ressaltar que os resultados desta pesquisa indicaram, também, que no Estado do Pará a *accountability* ainda é incipiente (de 2009 a 2015 em média 70% dos municípios paraenses não tiveram suas contas apreciadas pelo TCM/PA regularmente). Além disso, dado o papel dos Tribunais de Contas de zelar pelo funcionamento da Administração Pública, os presentes resultados indicam, também, a insuficiência do TCM/PA no apoio ao controle externo da administração pública paraense, devido, talvez, a grande extensão geográfica do Estado do Pará (segundo maior estado do Brasil) (Diniz *et al.*, 2004; Lopes *et al.*, 2008).

A principal contribuição deste trabalho é identificar se a escolaridade dos gestores públicos pode influenciar na aprovação das contas (de gestão e de governo) dos municípios paraenses pelo Tribunal de Contas, que é confluyente não só na literatura, mas também, com a construção de um quadro da *accountability* no Estado do Pará, como contribuição

ao desenvolvimento dessa prática na governança dos recursos públicos dos municípios brasileiros, dado a necessidade da superação de dificuldades regionais presente no Brasil.

2 I ACCOUNTABILITY E CONTROLE EXTERNO: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

O conceito de *accountability* surgiu conectado à noção de controle (Pessanha, 2007; Smyth, 2012). Segundo Pessanha (2007), a partir de uma síntese histórica do surgimento da ideia de *accountability*, a noção de controle teve um papel central na sua formulação, uma vez que “motivou todo o constitucionalismo liberal dos séculos XIX e XX” (p.114), além de elucidar, primariamente, formas de restrições ao poder do gestor, o que influenciou a construção deste conceito na contemporaneidade. Em consonância Smyth (2012) ressalta que o controle é um instrumento necessário para formalizar o conceito de *accountability*, uma vez que, sem ele, ela desenvolveria meramente a função de responsabilidade e transparência na gestão fiscal, sem está condicionada a qualidade e a confiança das ações desenvolvidas e informações repassadas.

Nesse sentido, conforme Araújo (2010), a *accountability* é um fator determinante ao grau de governança democrática, sendo uma condição necessária à existência da democracia, visto que, a não presença de controle tenderia ao seu desaparecimento. Uma vez que a *accountability* promove a transparência das contas públicas dos gestores à sociedade, o que permite que o controle social tenha clareza destas ações e possam buscar resultados melhores na gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, a noção de *accountability*, como um processo contínuo envolvendo transparência, prestação de contas e responsabilização, traz duas conotações básicas: *answerability* e *enforcement*. O primeiro concerne à obrigação/responsabilidade dos gestores públicos de informar sobre seus atos. Enquanto, a conotação de *enforcement* está relacionada a capacidade das agências de controle de impor sanções sobre os detentores de poder que violam seus deveres públicos (Schedler, 1999).

Na noção *accountability* de conotação de *enforcement*, Torres (1998), Diniz *et al* (2004), Lopes *et al.* (2008) e Velten (2015), ressaltam a função dos Tribunais de Contas de zelar pelo funcionamento da Administração Pública brasileira por meio da análise e julgamento das contas dos gestores públicos. Posteriormente, após a análise destas contas, os Tribunais aferem um grau de confiabilidade aos relatórios contábeis produzidos e emitem o seu parecer acerca das contas públicas apreciadas e, assim, permitem o aperfeiçoamento contínuo da administração pública brasileira (Revorêdo *et al*, 2004; Lopes *et al.*, 2008).

A Constituição Federal de 1988 separou o julgamento político das contas de governo dos chefes do Executivo do julgamento técnico das contas de gestão dos ordenadores de despesa. De um lado o Tribunal aprecia as contas de governo referente a conduta do gestor

público. E de outro, quanto as contas de gestão, ele julga os atos dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos da administração direta e indireta, para verificar se o gestor público praticou ato lesivo ao erário, em proveito próprio ou de terceiros, ou qualquer outro ato de improbidade administrativa (Furtado, 2007).

Assim, o julgamento das contas de governo focaliza na conduta do gestor em exercício quanto ao planejamento, organização e controle das políticas públicas em consonância as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) propostas pelo Poder Executivo e aprovadas pelo Legislativo (Furtado, 2007). Enquanto, no julgamento das contas de gestão o Tribunal verifica se o ente público cumpriu os preceitos estabelecidos pela Constituição Federal e Estadual, da Lei Orgânica do município, da Lei de Improbidade (Lei nº 8429/1992), da LRF (Lei nº 101/2000), da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93), entre outras leis que compõem o ordenamento jurídico aplicáveis à gestão em exame.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas pode apreciar as contas municipais e emitir parecer prévio sobre estas. Esse parecer prévio consiste em uma avaliação de caráter geral e fundamentada sobre o exercício orçamentário, onde aponta-se, caso estejam presentes, as irregularidades e as recomendações quanto as contas prestadas pelos gestores públicos ao controle externo (TCU, 2019).

Dessa forma, no controle externo o Tribunal de Contas tem um papel de suma importância na Administração Pública, pois a partir de seu acompanhamento das contas públicas ele garante o aperfeiçoamento (eficaz e eficiente) das atividades exercidas pelos gestores públicos das subunidades brasileiras. Além disso, ele pode ser considerado como um mecanismo relevante ao aperfeiçoamento da democracia, bem como configura, atualmente, na gestão pública um avanço da *accountability* no Brasil (Mariz, 2006; Lopes et al., 2008).

2.1 Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM/PA), instituição pública de controle externo, tem o propósito de fiscalizar a utilização dos recursos públicos dos 144 municípios paraenses. O Tribunal aprecia as contas de governo dos chefes do Executivo e julga, na conta de gestão, os atos dos gestores e demais responsáveis, por recursos públicos da administração direta e indireta, para verificar se o gestor público praticou ato lesivo ao erário, em proveito próprio ou de terceiros, ou qualquer outro ato de improbidade administrativa (TCM/PA, 2019).

De acordo com o Regimento Interno do TCM/PA, as prestações de contas podem ser apreciadas e receberem três pareceres distintos:

- Regulares: quando estiverem de acordo com os demonstrativos contábeis e com o atendimento das metas e objetivos previstos nos instrumentos de planejamento;
- Regulares com ressalva: quando evidenciarem improbidades que não são da-

nosas à execução do programa, ato ou gestão;

- Irregulares: quando apresentarem omissão na responsabilidade de prestar contas; grave infração à norma legal; e desvio de dinheiros ou bens públicos.

No período de 2009 a 2015, no âmbito, da Apreciação das contas de governo, o TCM/PA apreciou em média as contas de 38 municípios paraenses. Enquanto, em média 106 municípios não tiveram suas contas apreciadas. Além disso, ao longo desse período, houve uma redução das contas apreciadas pelo TCM/PA, em 2009 ele apreciou 50 contas municipais, em 2015, somente 25 contas. Assim, enquanto, em 2009 ele apreciou 35% das contas de governo, em 2015, 83% (n=119) dos municípios paraenses não tiveram suas contas apreciadas.

Quanto ao parecer de apreciação das contas de governo dos municípios paraenses, em 2009 dos 50 municípios que tiveram suas contas apreciadas pelo TCM/PA, 20% (n=10) recebeu parecer de regulares, 24% (n=12) de regulares com ressalva, 50% (n=25) de irregulares e 6% (n=3) receberam outro parecer, como retirado de pauta, pedido de vista. Ao mesmo tempo que, 65% (n=90) dos municípios paraenses não tiveram suas contas apreciadas pelo tribunal (Figura 1).

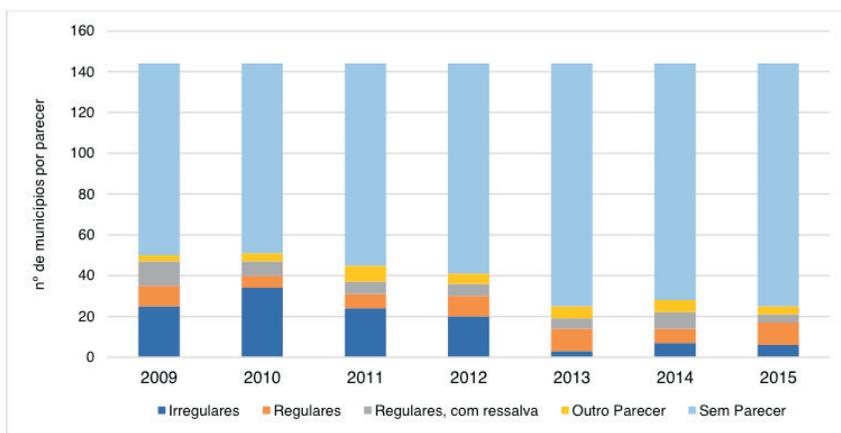


Figura 1: Apreciação de Contas do Governo dos municípios paraenses no período de 2009 a 2015

Fonte: TCM/PA, 2020. Elaborado pelo autor.

Conforme Figura 1, em 2010, os 51 municípios que tiveram suas contas apreciadas pelo TCM/PA receberam os seguintes pareceres: 12% (n=7) de regulares, 14% (n=6) de regulares com ressalva, 66% (n=34) de irregulares. Em 2011, o parecer das 45 contas apreciadas foram: 16% (n=7) de regulares, 13% (n=6) de regulares com ressalva e 53% (n=24) de irregulares. Em 2012, o parecer das 41 contas apreciadas foram: 24% (n=10) de

regulares, 15% (n=6) de regulares com ressalva e 49% (n=20) de irregulares. Em 2013, o parecer das 25 contas apreciadas foram: 44% (n=11) de regulares, 20% (n= 5) de regulares com ressalva e 12% (n=3) de irregulares. Em 2014, o parecer das 28 contas apreciadas foram: 25% (n=7) de regulares, 29% (n=8) de regulares com ressalva e 25% (n=7) de irregulares. Em 2015, o parecer das 25 contas apreciadas foram: 44% (n=11) de regulares, 16% (n= 4) de regulares com ressalva e 24% (n=6) de irregulares.

No âmbito, da Apreciação das contas de gestão no período de 2009 a 2015 houve uma oscilação das contas municipais paraense apreciadas pelo TCM/PA. Ao longo desse período ele apreciou respectivamente a conta de 50, 19, 45, 41, 56, 20 e 3 municípios. Vale ressaltar também que 2013, foi o ano que o TCM/PA julgou mais contas públicas e que depois desse ano houve uma queda contínua dos número de contas municipais apreciadas. O resultado foi mais crítico no ano de 2015, onde 98% (n=141) dos municípios paraenses não tiveram suas contas julgadas pelo Tribunal.

Quanto ao parecer de julgamento das contas de gestão dos municípios paraenses, em 2009 dos 50 municípios que tiveram suas contas apreciadas pelo TCM/PA, 2% (n=1) recebeu parecer de regulares, 32% (n=16) de regulares com ressalva, 60% (n=30) de irregulares e 6% (n=3) receberam outro parecer. Ao mesmo tempo que, 65% (n=94) dos municípios paraenses não tiveram suas contas julgadas pelo tribunal (Figura 2).

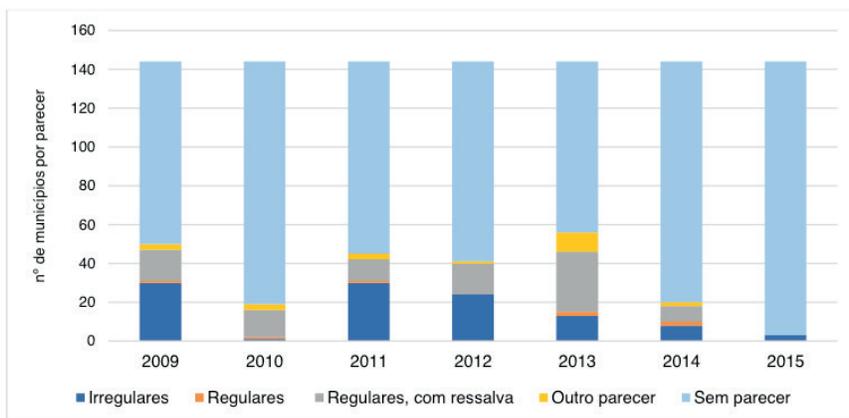


Figura 2: Julgamento das Contas da Gestão dos municípios paraenses no período de 2009 a 2015

Fonte: TCM/PA, 2020. Elaborado pelo autor.

Segundo Figura 2, em 2010, o parecer das 19 contas julgadas dos municípios paraense pelo TCM/PA foram: 5% (n=1) de regulares, 74% (n=14) de regulares com ressalva, 5% (n=1) de irregulares. Em 2011, o parecer das 45 contas julgadas foram: 2%

(n=1) de regulares, 24% (n=11) de regulares com ressalva e 67% (n=30) de irregulares. Em 2012, o parecer das 41 contas julgadas foram: 0% (n=0) de regulares, 39% (n=16) de regulares com ressalva e 59% (n=24) de irregulares. Em 2013, o parecer das 56 contas julgadas foram: 4% (n=2) de regulares, 55% (n= 31) de regulares com ressalva e 23% (n=13) de irregulares. Em 2014, o parecer o parecer das 20 contas julgadas foram: 10% (n=2) de regulares, 40% (n=8) de regulares com ressalva e 40% (n=8) de irregulares. Em 2015, 141 municípios paraense não tiveram suas contas julgadas pelo TCM/PA e o parecer das 3 contas apreciadas foi de irregulares.

Assim, os resultados indicam, tanto na Apreciação das contas de gestão quanto das contas de governo no período de 2009 a 2015, que embora as práticas de *accountability* sejam consideradas como um avanço na administração pública brasileira, no Estado do Pará ela ainda é incipiente (no período de 2009 a 2015 em média 70% dos municípios paraenses não tiveram suas contas apreciadas pelo TCM/PA regularmente e, das que foram apreciadas a maioria receberam o parecer de irregular, principalmente, nas contas apreciadas do governo).

Nesse sentido, esse trabalho, como complemento as pesquisa científicas existentes sobre o tema, busca ir além de uma investigação de métricas contábeis (Lopes et al. , 2008) ou fatores socioeconômicos (Reverêdo; Silva, 2005; Ott et al., 2010; Kruger et al., 2012) e estabelece uma proposta de agregar o capital humano para investigar se a escolaridade dos gestores públicos influencia na aprovação das contas públicas dos municípios paraenses pelo TCM/PA no período de 2009 a 2015. Uma vez que um conhecimento prévio sobre o que é administrado pode ser relevante para uma melhor gerência dos recursos públicos e sua prestação de contas (Ingraham; Donahue, 2000; Afonso, 2009; Velten, 2015).

2.1.1 Gestão Pública e a Escolaridade dos Gestores Municipais

Com a Constituição Federal de 1988, houve um redesenho do papel dos municípios brasileiros. Nesse novo cenário os municípios passaram a ter mais autonomia como ente federativo e a gestão municipal passou a ter destaque na definição e execução de políticas públicas, o que aumentou a demanda por um nível maior de organização administrativa. Diante disso, o desenvolvimento de estudos que abrangem tal nível de governo revela-se como de grande relevância dentro da área da Gestão Pública (Souza, 2005).

Segundo Souza (2005), após 1988, os municípios brasileiros passaram a ter eleição direta do Prefeito e dos vereadores, que são incumbidos de se auto organizarem por meio de Leis Orgânicas Municipais e de legislar sobre assuntos reservados de forma exclusiva. Pelo artigo 30 da CF, os municípios possuem autonomia administrativa (organização, regulação e execução de serviços sob sua tutela e delimitação de sua estrutura interna) e financeira (arrecadam e instituem tributos sobre a propriedade urbana, serviços não cobertos pelo imposto estadual (ICMS) e pela transferência para realizar gastos).

Além disso, pelos artigos 158 e 159 da CF, os municípios passaram a dispor de transferências constitucionais que reforçaram seu novo papel na Federação, com ampliação do percentual de repasse e redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios: 50% da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ou 100% caso assuma sua cobrança), 50% do valor arrecado do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e um percentual da arrecadação do ICMS, consoante regras de divisão determinadas em cada Estado.

O artigo 165 da CF define que os municípios devem aprovar o PPA, LDO e LOA. O artigo 182 disciplina que cabe aos municípios executarem a política de desenvolvimento urbano e garantir o bem-estar de seus habitantes. Complementarmente, o artigo 23 define várias competências comuns entre a União, estados e municípios. Assim, ao instituir uma Federação trina, o Brasil ampliou a autonomia municipal, mas também aumentou suas atribuições e competências.

Esse novo papel dos municípios brasileiros passou a demandar uma maior capacidade administrativa: a descentralização de políticas incrementou as demandas de organização e prestação de serviços locais (Ingraham; Donahue, 2000). E no tocante aos mecanismos de *accountability*, observou-se uma crescente responsabilização dos gestores municipais pelo desempenho alcançado na gestão pública (Afonso, 2009). Diante disso, observa-se que um conhecimento sobre o que é administrado e suas decorrências são relevantes para uma melhor gerência dos recursos públicos e prestação de contas dos mesmos (Velten, 2015).

Baseado nisso, este trabalho tem o propósito de verificar se a escolaridade dos gestores públicos é um fator determinante para aprovação das contas prestadas por esses ao TCM/PA. Já que, acordo com a Secretária da Fazenda mais de 80% dos municípios brasileiros descumprem índices básicos estabelecidos na LRF, onde o conhecimento sobre gestão pública pode contribuir para o cumprimento de elementos básicos estabelecidos na legislação. Nesse sentido, faz-se a seguinte suposição:

H1: Existe relação positiva entre a escolaridade dos gestores municipais paraenses e a aprovação de suas contas pelo TCM/PA.

3 | METODOLOGIA

Este trabalho teve como objetivo verificar se a escolaridade dos gestores municipais paraenses é determinante para a aprovação de suas contas pelo TCM/PA no período de 2009 a 2015. A pesquisa é de natureza quantitativa, descritiva e com regressão logística. Foram utilizados dados dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará. O período foi escolhido devido à disponibilidade de dados públicos das variáveis estudadas. As regressões foram estimadas no *software* STATA.

No que diz respeito à coleta de dados, as informações referentes as prestações de

contas e o percentual de gastos em educação, saúde e pessoal, dos municípios paraenses foram extraídas do endereço eletrônico do TCM/PA; os dados referentes a qualificação dos gestores municipais do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no sistema *DivulgaCand*; os dados sobre o PIB *per capita* municipal no Sistema do IBGE de Recuperação Automática (SIDRA); enquanto, o dado do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi extraído do site da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

As séries temporais do PIB *per capita*, gastos em saúde, educação e com pessoal do período foram atualizadas pelo IPCA para referência de 2015 e, foram demonstrados em logaritmo natural, com vistas a diminuir a dispersão dos dados.

3.1 Modelo

Para testar a Hipótese de que a escolaridade dos gestores públicos influencia positivamente na aprovação de suas contas prestadas ao TCM/PA, conforme Ingraham e Donahue (2000), Souza (2005), Afonso (2009), Velten (2015) e Milanezi (2016), dois modelos econométricos, que são distintos entre si, apenas quanto a variável explicativa a Aprovação das contas públicas pelo TCM/PA, que será representada no primeiro pela apreciação das contas de governo e no segundo pelas contas de gestão, sendo a variável explicativa a escolaridade dos gestores municipais e as variáveis de controle os gastos em educação, saúde e com pessoal, o IFDM e o PIB *per capita*, a serem utilizadas na regressão a seguir:

$$A_{it} = \beta_0 + \beta_1 EG_{it} + \beta_2 SAUDE_{it} + \beta_3 EDUC_{it} + \beta_4 PESSOAL_{it} + \beta_5 PIB_{it} + \beta_6 IFDM_{it} + \beta_7 POP_{it} + \varepsilon_{it}$$

A variável a ser explicada no modelo é uma variável *dummy* que corresponde ao resultado da aprovação das contas municipais pelo TCM/PA (A_{it}) apresentada conforme Ott et al. (2010; 2011) e Velten (2015). Nesse sentido, a variável A_{it} indica a aprovação das contas pelo TCM/PA do *i-ésimo* município no ano *t*: que será 1 para as contas aprovadas (com parecer regular) ou 0 nos demais casos. Além disso, a variável dependente A_{it} , é representada num modelo pela Aprovação de Contas da Gestão ($A_{gest_{it}}$) e no outro pela do Governo ($A_{gov_{it}}$).

A variável explicativa (EG_{it}) do modelo é uma variável *dummy* que corresponde a um quando o prefeito tem curso superior ou pós graduação e zero nos demais casos. O coeficiente β_1 indica o efeito desta variável. Como resultado, espera-se que este coeficiente tenha um efeito positivo na aprovação das contas públicas pelo TCM/PA, uma vez que o conhecimento científico pode ser um mecanismo proveitoso para administração pública (Ingraham e Donahue, 2000; Souza, 2005; Afonso, 2009; Velten, 2015; Hoitash et al., 2016).

Quanto as variáveis de controle, foram escolhidos por possuírem amplo mapeamento na literatura os seguintes controles: os gastos em educação ($EDUC_{it}$), com pessoal ($PESSOAL_{it}$) e saúde ($SAUDE_{it}$), conforme Revorêdo e Silva (2005); Fioravante

et al. (2006); Lopes et al. (2008); Ott et al., (2010; 2011); Velten (2015); Milanezi (2016); o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM_{it}), conforme Postali e Nishijima (2011).; e o PIB per capita (PIB_{it}), conforme Blanchard (1997), Ott et al., (2010), Ribeiro, Teixeira e Gutierrez (2010), Santos e Alves (2011), Postali e Nishijima (2011).

Os coeficientes β_3 , β_4 , β_5 , β_6 e β_7 indica o efeito, respectivamente, das variáveis de controle citadas anteriormente, no modelo de aprovação das contas pelo TCM/PA. Espera-se que no resultado da aprovação das contas pelo TCM/PA, estes coeficientes tenham um efeito positivo.

As variáveis utilizadas no modelo seguem resumidas no quadro abaixo:

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	PROXY	REFERÊNCIA
A_{it}	Aprovação de contas pelo TCM/PA	Variável <i>dummy</i> : 1 para contas com parecer regular ou 0 nos demais casos.	Ott et al., (2010); Velten (2015); Milanezi (2016).
EG_{it}	Escolaridade do gestor municipal	Trata-se de uma <i>dummy</i> de valor 1 quando o prefeito possui curso superior ou 0 nos demais casos;	Ingraham; Donahue, 2000; Souza, 2005; Afonso, 2009; Velten (2015).
$SAUDE_{it}$	Gasto em Saúde	Gasto em Saúde pelo município dividido por sua Receita Corrente	Milanezi (2016)
$EDUC_{it}$	Gasto em Educação	Gasto em Educação pelo município dividido por sua Receita Corrente	Milanezi (2016)
$PESSOAL_{it}$	Gasto com Pessoal	Gasto com Pessoal pelo município dividido por sua Receita Corrente	Fioravante et al. (2006)
PIB_{it}	PIB Municipal per capita	Logaritmo da riqueza total produzida pelo município dividida pela população do município.	Revorêdo; Silva, 2005; Ott et al., (2010); Kruger et al., (2012)
$IFDM_{it}$	IFDM	IFDM do i-ésimo município no ano t;	Postali; Nishijima (2011); Revorêdo; Silva, 2005;
POP_{it}	População	Logaritmo da população do município	Ott et al., (2010);

Quadro 1: Variáveis Utilizadas No Modelo

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.2 Testes e análise de regressão

Num primeiro momento foi realizado a análise de correlação Pearson e o teste Fator de Inflação da Variância (FIV) para verificar se há uma forte correlação linear entre as variáveis explicativas (Wooldridge, 2003; Gujarati; Porter, 2011). A correlação de Pearson indicou que as variáveis explicativas apresentaram entre si uma correlação fraca. Somente houve uma correlação forte (>0,5) entre as variáveis IFDM e PIB. Porém, o Teste FIV mostrou ausência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas do modelo em estudo.

Para avaliar a qualidade de ajustamento das variáveis ao modelo, analisou-se a estatística do Pseudo R² (Gujarati; Porter, 2011). Os resultados dessa estatística indicaram que no modelo de aprovação das Contas da Gestão cerca de 27% das variáveis se ajustam

ao modelo e servem para explicá-lo. Enquanto, no modelo de fatores determinantes a aprovação das Contas do Governo somente 8% das variáveis se ajustam ao modelo e servem para explicá-lo. De maneira geral, os regressores apresentam pouco poder de explicação no modelo em estudo.

E por fim, utilizou-se o Teste Wald para verificar quais variáveis foram significativas no modelo e explicam a variação na apreciação das contas municipais pelo TCM/PA (Gujarati; Porter, 2011). Conforme resultado desse teste, todas as estatísticas deram significativas e concluiu-se que pelo menos um dos parâmetros estimados é estatisticamente diferente de zero.

Vale ressaltar também que, uma vez que os resultados da regressão probit eram mais condizentes com os efeitos marginais optou-se por ela, ao invés da regressão logit.

4 | RESULTADOS

Este trabalho tem como objetivo verificar se a escolaridade dos gestores municipais paraenses é determinante para a aprovação de suas contas (gestão e governo) pelo TCM/PA no período de 2009 a 2015. A Tabela 1 apresenta os resultados das Estatísticas Descritivas: média, desvio padrão, mínimo, mediana e máximo das variáveis delineadas no objetivo desta pesquisa.

Variáveis	Obs	Média	SD	min	p25	p50	p75	max
A_gov _{it}	489	0,1043	0,3059	0	0	0	0	1
A_gest _{it}	489	0,0123	0,1102	0	0	0	0	1
EG _{it}	489	0,3905	0,4884	0	0	0	1	1
SAUDE _{it}	489	4,1988	0,0490	1,0001	2,0456	3,1965	4,2689	5,3792
EDUC _{it}	489	5,4415	0,1157	2,1879	3,3256	4,4327	5,6342	6,8659
PESSOAL _{it}	489	6,5352	0,0884	3,1933	3,7896	4,5220	6,4563	8,1124
PIB _{it}	489	9,0862	0,5678	7,9340	8,905	9,0048	10,2338	11,6473
IFDM _{it}	480	0,5149	0,0819	0,3272	0,4325	0,5048	0,6438	0,7766
POP _{it}	489	10,3940	0,9279	8,1026	9,804	10,3119	10,9188	14,1752

A_Gov é a Aprovação das contas de governo; A_Gest é o Julgamento das contas de gestão; EG é a escolaridade dos gestor municipal; SAUDE, gasto em saúde; EDUC, gasto em educação; PESSOAL, gasto com pessoal; PIB, log do Produto Interno Bruto Municipal per capita, IFDM é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Pop, população.

Tabela 1: Estatística Descritiva das variáveis do modelo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

A Tabela 1 indica que em média das contas de governo apreciadas somente 10% receberam o parecer de regular. Enquanto, nas contas de gestão, somente 1% receberam o parecer de regular. Quanto, a escolaridade, em média 40% dos gestores que tiveram suas contas apreciadas possuíam graduação ou pós-graduação. Além disso, PIB per capita

médio destes municípios paraenses é de 9% e o IDFM médio (0,514858), que varia de 0 a 1, indica um índice de desenvolvimento regular dos municípios paraenses.

A Tabela 2 apresenta os resultados das regressões: representado num pela variável dependente Aprovação das Contas da Gestão ($A_{gest_{it}}$) e no outro pela Aprovação das Contas do Governo ($A_{Gov_{it}}$).

Variáveis	$A_{gest_{it}}$	Marginal A_{gest}	$A_{gov_{it}}$	Marginal A_{gov}
EG _{it}	0,7580** (2,01)	0,026113* (1,65)	-0,2476 (-1,34)	-0,0413136 (-1,34)
SAUDE _{it}	6,1709*** (2,61)	0,2125977* (1,80)	1,2206 (0,68)	0,2037124 (0,69)
EDUC _{it}	-1,7243 (-0,53)	-0,0594039 (-0,53)	0,7657 (0,81)	0,1277865 (0,81)
PESSOAL _{it}	-4,3783 (-1,11)	-0,1508406 (-1,00)	-1,0082 (-0,91)	-0,1682493 (-0,91)
PIB _{it}	-0,8958*** (-3,17)	-0,0308628** (-2,03)	0,4172** (2,21)	0,069625** (2,23)
IFDM _{it}	5,3922** (2,30)	0,1857725* (1,73)	-2,2479 (-1,55)	-0,3751555 (-1,56)
POP _{it}	-0,0010 (-0,01)	-0,0000347 (-0,01)	0,0585 (0,55)	0,0097577 (0,55)
Observações	316	316	480	480
Média FIV	2.13		2.13	
Teste Wald	50.83**		20,56**	
R-Pseudo	0,2669		0,0825	

A_Gov é a Aprovação das contas de governo; A_Gest é o Julgamento das contas de gestão; EG é a escolaridade dos gestor municipal; SAUDE, gasto em saúde; EDUC, gasto em educação; PESSOAL, gasto com pessoal; PIB, Produto Interno Bruto Municipal per capita, IFDM é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Pop, população.
 Legenda: * p<0,10; ** p<0,05; *** p<0,01
 Observação: entre parênteses se encontra a estatística z.

Tabela 2: Regressão Probit

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020

Analisando os resultados da regressão de aprovação de constas da gestão, observa-se que as variáveis escolaridade, gastos em Educação, PIB e IFDM são estatisticamente significativas e influenciam no resultado da aprovação das contas dos municípios paraenses pelo TCM/PA. Enquanto, nos resultados da regressão das constas do governo, somente o PIB é estatisticamente significativo (Tabela 2).

No modelo de aprovação das contas de gestão, os resultados indicam que existe uma relação positiva significativa entre a escolaridade dos gestores municipais e a aprovação de suas contas pelo controle externo. Tal resultado corrobora com a literatura, que afirma que a escolaridade dos gestores municipais é um fator determinante para aprovação de contas municipais pelos órgãos de fiscalização e controle (Velten, 2015).

Enquanto, os resultados da regressão de aprovação das contas do governo indicaram que a escolaridade dos gestores municipais não tem uma relação significativa

com a aprovação dessas contas pelo TCM/PA. Porém, essa contradição pode ser explicada alternativamente pela Constituição Federal de 1988.

Com a Constituição Federal de 1988 houve um redesenho do papel dos municípios brasileiros. Nesse novo cenário os municípios passaram a ter mais autonomia como ente federativo e a gestão municipal como um todo (não só o gestor) passou a ter destaque na definição e execução de políticas públicas, o que aumentou a demanda por um nível maior de organização administrativa. Diante disso, as contas de gestão pode ser bem mais complexa do que as contas de governo e requerer um desenvolvimento do capital humano constante, o que justifica o resultado apresentado nestas regressões (Souza, 2005; Furtado, 2007).

Quanto, aos indicadores econômicos, no primeiro modelo (PIB e IFDM) e no segundo (PIB), são estatisticamente significativos e apontam que existe correlação entre o desempenho dos indicadores socioeconômicos e o parecer regular do TCM/PA. Tal resultado contrapõe os resultados da pesquisa de Reverêdo e Silva (2005), que apontaram que não existia correlação entre o desempenho dos indicadores socioeconômicos e as decisões do TCE/PE.

No âmbito da regressão de aprovação das contas de gestão, o PIB embora significativo tem um efeito negativo na aprovação de contas do TCM/PA: um aumento de 1%, *ceateris paribus*, no PIB do município reduz a possibilidade de aprovação de suas contas pelo TCM/PA em 8,9%. Enquanto, na regressão de aprovação das contas do governo, o PIB tem uma relação positiva significativa na aprovação de contas do TCM/PA: um aumento de 1%, *ceateris paribus*, no PIB do município aumenta a possibilidade de aprovação de suas contas pelo TCM/PA em 4,2%.

Segundo Furtado (2007), este resultado é justificado pelo fato de as contas de gestão englobar os atos administrativos, enquanto, as contas de governo analisar apenas os resultados do exercício, por isso o seu julgamento pelo Poder Legislativo adquire um caráter político e relativo, e o PIB per capita pode ser uma variável observada como resultado dentro das contas de governo municipais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar se o escolaridade dos gestores municipais paraenses é determinante para a aprovação de suas contas (gestão e governo) pelo TCM/PA no período de 2009 a 2015. Conforme os resultados encontrados no modelo de aprovação das contas de gestão há indícios de que existe uma relação positiva significativa entre a escolaridade dos gestores municipais e a aprovação de suas contas pelo TCM/PA. Tal resultado corrobora com a literatura, que afirma que a escolaridade dos gestores municipais é um fator determinante para aprovação de contas municipais pelos órgãos de fiscalização e controle (Velten, 2015).

Enquanto, na regressão de aprovação das contas do governo os resultados dessa regressão indicaram que a escolaridade dos gestores não tem uma relação significativa com a aprovação das contas de governo pelo TCM/PA. Porém, essa contradição pode ser explicada pela Constituição Federal (CF) de 1988 de acordo com Furtado (2007). Segundo Furtado (2007), as contas de gestão pode ser bem mais complexa do que as contas de governo e requerer um desenvolvimento do capital humano constante.

No âmbito da regressão de aprovação de contas de gestão, o PIB embora significativo tem um efeito negativo na aprovação de contas do TCM/PA. Enquanto, na regressão do governo, o PIB tem uma relação positiva significativa. Segundo Furtado (2007), este resultado é justificado pelo fato de as contas de gestão englobar os atos administrativos, enquanto, as contas de governo analisam apenas os resultados do exercício, ausentes demonstrações de indicativos de irregularidades, por isso o seu julgamento pelo Poder Legislativo adquire um caráter político e relativo, e o PIB per capita pode ser uma variável observada como resultado dentro das contas de governo.

A realização da pesquisa apresentou a limitação quanto a ausência de parecer em quase 70% dos municípios paraenses no período de 2009 a 2015, sendo necessário, em estudos posteriores, verificar a possibilidade de expansão da amostra aumentando o período da pesquisa. Diante disso, como contribuição a temática pode-se aplicar a metodologia deste trabalho em outra unidade federativa, com vistas a desenvolver uma análise comparativa com este estudo. Uma vez que apesar do tema sobre contas públicas ser vastamente discutido, existe poucos estudos aplicado a nível local dentro dessa discussão.

REFERÊNCIAS

Affonso, A. J. (2009) Políticas avaliativas e *accountability* em educação – subsídios para um debate ibero americano. Revista de Ciências da Educação, n. 09.

Araújo, I. P. S. (2014). A contabilidade pública e a *accountability*. Disponível em: <<http://www.atricon.org.br/artigos/a-contabilidade-publica-e-a-accountability/>> Acesso em: 16 mar 2019.

Bovens, M. (2007). Analysing and assessing accountability: a conceptual framework. *European Law Journal*. 13(4):447–68. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

Cameron, W. (2004). Public Accountability: Effectiveness, Equity, Ethics. *Australian Journal of Public Administration*, DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8500.2004.00402.x>

Campos, Anna Maria (1990). *Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?* Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, fev./abr.

Chan, J. L., e Rubin, M. A. (1987). The role of information in a democracy and in government operations: The public choice methodology. *Research in Governmental and Nonprofit Accounting*, 3(Part B), 3-27.

Diniz, J. A. et al (2004). Controle Interno na Administração Pública Municipal: Aplicação da Análise Discriminante para Modelar uma Congruência com o Controle Externo. In: 4º Congresso da USP, São Paulo. *Anais...São Paulo: USP*.

Furtado, J. D. R. C. (2007). Os regimes de contas públicas: contas de governo e contas de gestão. *Revista do TCU*, (109), 61-89.

Gujarati, D. N., e Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica 5ªed. Porto Alegre: AMGH Editora.*

Hoitash, R., Hoitash, U., Kurt, A. C., 2016. Do accountants make better chief financial officers? *J. Account. Econ.* 61 (2-3), 414-432. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2016.03.002>

Ingraham P. W. e Dunahue, A. K (2000). Dissecting the Black Box Revisited: characterizing government management capacity. In: Heinrich, C. J. e Lynn Jr. L. E. (org). *Governance and Performance: new perspectives*. Washington, DC: Georgetown University Press.

Kaufmann, D., Kraay, A. e Mastruzzi, M. (2005). Questões de governança IV: Indicadores de governança para 1996–2004. No documento de trabalho de pesquisa de políticas 3630 Banco Mundial, Washington DC, EUA.

Kohama, Heilio (2006). *Contabilidade pública – teoria e prática*. 10. ed. São Paulo: Atlas.

Krüger, G. P.; Kronbauer, C. A.; Souza, M. A. (2012). Análise dos fatores explicativos de inconformidades apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais. *ConTexto*, 12 (22):43-58. E-ISSN: 2175-8751

Lopes, J. E. G. et al (2008). Requisitos para aprovação de prestações de contas de municípios: aplicação de Análise Discriminante (AD) a partir de julgamentos do controle externo. *Contabilidade Vista e Revista*, 19(4), 59-83.

Mariz, F. D. (2006). Competência Constitucional dos Tribunais de Contas: Uma Visão Geral. *Revista Tribunal de Contas de Minas Gerais*, 39 (4):124-152.

Melo, C. A. V., e Pereira, J. W. (2011). Corrupção, Ineficiência e Rejeição de Contas Municipais por Cortes de Contas. *Revista De Ciências Sociais-Política e Trabalho*, 35. ISSN 0104-8015

Milanezi, A. R. (2016). O Efeito Da Utilização De Créditos Adicionais Suplementares Na Rejeição Das Contas Anuais: Uma análise nos municípios capixabas entre 2008 e 2011. Dissertação de Mestrado Profissional Em Ciências Contábeis, FUCAPE, Vitória, ES, Brasil.

Ott, E., Kruger, G. P., Kronbauer, C. A. e Nascimento, C. J. (2010). Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS nas auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. *Anais... Congresso da USP Controladoria e Contabilidade*, 10º. São Paulo: USP.

- Ott, E., Kruger, G. P., e Kronbauer, C. A. (2011). Análise dos Fatores Explicativos das Inconformidades Apontadas pelo TCE/RS nas Auditorias em Executivos Municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Anais... Encontro da ANPAD, XXXV. Rio de Janeiro*.
- Pessanha, C. (2007). Accountability e Controle Externo No Brasil e Argentina. In: Castro, A. G. (Coord.). *Direitos e Cidadania – Justiça, Poder e Mídia*, Rio de Janeiro: FGV, 139-16.
- Pinho, J. A. G.; Sacramento, A. R. S (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, Rio d Janeiro: FGV, 43(6). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122009000600006>
- Postali, F. A. S. e Nishijima, M. (2011). Distribuição das rendas do petróleo e indicadores de desenvolvimento municipal no Brasil nos anos 2000. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 41(2), 463-485. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612011000200010>
- Revorêdo, W. C., e Silva, C. A. T. (2005). Decisões do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para com as contas Municipais: uma análise focada no reflexo de indicadores socioeconômicos. In *Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil (Vol. 2)*.
- Ribeiro, C. P. P., e Zuccolotto, R. (2012). Identificação dos fatores determinantes da transparência na gestão pública dos municípios brasileiros. *Concurso Nacional de Monografias Conselheiro Henrique Santillo*.
- Romzek, B. S. (2000). Dynamics of public sector accountability in an era of reforms. *International Review of Administrative Sciences*. 66(21):21–44. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F0020852300661004>
- Romzek, B. S. e Dubnick, M. J. (1987). Accountability in the public sector: lessons from the challenger tragedy. *Public Administration Review*. 47(3):227–38. DOI: JSTOR: <https://www.jstor.org/stable/975901>
- Sinclair, A. (1995). The chameleon of accountability: forms and discourses. *Accounting Organizations and Society*. 20(2/3):219–37. DOI: [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)E0003-Y](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)E0003-Y)
- Smyth, S. (2012). Contesting public accountability: a dialogical exploration of accountability and social housing. *Critical Perspectives on Accounting*. 23(3):230–43. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2011.12.007>
- Schedler, A. (1999). Conceptualizing Accountability. In: A. Schedler, L. Diamond, e M. F. Plattner, *The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies*, 13- 28. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Souza, C. (2005). Federalismo, Desenho Constitucional e Instituições Federativas no Brasil Pós1988. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: n.24, p.105-121.
- Torres, R. L. (1998). *Curso de direito financeiro e tributário*. Rio de Janeiro: Renovar.
- Velten, S. R. (2015). *Determinantes da rejeição das prestações de contas anuais dos municípios capixabas pelo tribunal de contas do Estado do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado Profissional em Ciências Contábeis do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fucape, Vitoria, ES, Brasil.

Wooldridge, J. M. (2003). *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. 2nd ed. New York: Thomson Learning.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 7, 53, 61, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 160, 162

Acessibilidade 8, 56, 165, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Acesso 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 79, 97, 98, 103, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 134, 142, 143, 144, 145, 160, 171, 183, 187, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 219, 220, 221, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 245, 250, 251, 252, 254, 255, 259, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 276, 303, 304, 307, 308, 311, 312, 313, 318, 350, 351

Acesso à Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 54, 55, 61, 121, 134, 266, 304

C

Combinação 244, 246, 247, 248, 252, 253, 275, 296

Compras Públicas 7, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 183

Contabilidade Pública 43, 49, 113, 115, 118, 119, 123, 160, 161

Controle Externo 3, 97, 116, 125, 130, 133, 137, 147, 148, 149, 150, 158, 161, 162, 181

Controle Social 6, 5, 7, 27, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 91, 96, 115, 116, 118, 141, 149

Convênios 56, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

D

Dependência 7, 7, 71, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 273, 286, 287, 291, 295, 296

Diabetes 8, 206, 207, 208, 209, 210

Direito Fundamental 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 35

Docentes 5, 9, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 260, 280, 301

E

Educação a Distância 241, 249, 261, 263, 270, 271, 272, 274

Educação de adultos 262, 264, 274

Ensino não presencial 260

Epidemiologia 212, 217, 220

Escolaridade 7, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 287, 341

Estado do Pará 7, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154

Estratégia 2, 5, 38, 164, 185, 187, 190, 196, 213, 219, 220, 224, 269, 319, 342, 351

Execução Orçamentária 6, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 55, 66, 99, 104, 115, 118, 127, 143

Externalização 244, 246, 247, 248, 253

F

FPM 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112

G

Gastos com Pessoal 6, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Gestão IES 262

Governança da Internet 9, 262, 265, 266, 278, 280

I

Inclusão Social 53, 96, 222, 223, 224, 231, 232, 233, 236, 315

Infância 206, 210

Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 91, 121, 134, 147, 167, 168, 174, 178, 184, 196, 214, 217, 219, 236, 259, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 272, 278, 279, 288, 304, 305, 310

Internalização 244, 246, 247, 248, 253, 321

L

Lei de Acesso à Informação 6, 1, 3, 4, 6, 7, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 35, 36, 37, 38, 46, 54, 55, 61, 134

M

Microrregião 6, 63, 64, 67, 72, 78

Ministério Público 1, 3, 4, 5, 6, 10, 14, 18, 19, 21, 43, 44, 53, 129, 143

Municípios 6, 7, 7, 26, 31, 36, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 201, 213, 217

Municípios Cearenses 6, 7, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 99, 100, 104, 107

O

Óbitos 206

Objetivos 4, 10, 11, 23, 29, 30, 43, 44, 52, 64, 66, 67, 69, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 94, 95,

96, 101, 104, 117, 120, 131, 136, 150, 165, 166, 167, 174, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 199, 201, 204, 238, 242, 246, 253, 258, 274, 275, 288, 295, 302, 305, 318, 342, 345

Organizações 5, 43, 84, 87, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 142, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 186, 187, 189, 195, 254, 263, 265, 268, 269, 270, 276, 304, 325, 327, 330, 341, 342, 350

P

Pandemia 9, 195, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 269, 271, 277, 280, 281

Pareceres Prévios 7, 125, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Parques 8, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 235, 236

Perfil de saúde 212

Planejamento 7, 39, 40, 63, 65, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 142, 150, 167, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 222, 236, 252, 253, 262, 263, 264, 266, 276, 289, 302, 319

Planejamento Estratégico 7, 177, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 262, 263, 264, 266, 276

Políticas Públicas 8, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 61, 84, 121, 122, 126, 150, 153, 159, 204, 219, 265, 303, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 341

Praças 8, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 235, 236

Prestação de Contas 39, 44, 45, 53, 55, 64, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 142, 147, 148, 149, 153, 154, 171

R

Redes Sociais 7, 164, 166, 168, 170, 178, 182, 183, 184, 234

S

Setor Público 13, 51, 63, 64, 95, 101, 115, 116, 117, 119, 122, 144, 166, 303

Socialização 244, 246, 247, 248, 249, 253, 259, 341

T

Transferências Voluntárias 6, 81, 85, 86, 88, 93, 97, 98

Transparência Pública 6, 1, 5, 9, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 121

Tribunais de Contas 1, 3, 4, 7, 8, 20, 44, 53, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 161

Tribunais de Justiça 1, 3, 4, 8, 15, 18, 19

Tribunal de Contas 7, 3, 7, 14, 15, 44, 50, 54, 55, 56, 67, 78, 85, 86, 91, 97, 116, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,

149, 150, 161, 162, 170, 172, 175, 177, 181, 183

Turismo 108, 111, 222, 228, 230, 235, 236, 237

U

Universidades Estaduais 6, 81, 82, 91

V

Varginha-MG 6, 63, 64

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 